



**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS**

**MARIE LUCE TAVARES**

**(depoimento)**

**2017**

**CEME-ESEFID-UFRGS**

## FICHA TÉCNICA



**Projeto:** Projeto Garimpendo Memórias

**Número da entrevista:** E-760

**Entrevistada:** Marie Luce Tavares

**Nascimento:** 21/12/1985

**Local da entrevista:** Hotel Mercure, Belo Horizonte.

**Entrevistador/a:** Luiza Aguiar dos Anjos

**Data da entrevista:** 27/04/2017

**Transcrição:** Bruna Moraes Costa

**Copidesque:** Mayara Cristina Mendes Maia

**Pesquisa:** Mayara Cristina Mendes Maia

**Revisão Final:** Silvana Vilodre Goellner

**Total de gravação:** 55 minutos

**Páginas Digitadas:** 17 páginas

**Observações:**

Entrevista realizada para o projeto *Memórias do Programa Esporte e Lazer da Cidade/Vida Saudável* desenvolvido pelo Centro de Memória do Esporte.

O Centro de Memória do Esporte está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, este depoimento de cunho documental e histórico. É permitida a citação no todo ou em parte desde que a fonte seja mencionada.

## **Sumário**

Formação acadêmica; lazer; Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC); Papel como formadora; Vida Saudável; Desafios; Formação de agentes sociais; Visita técnica; Visita pedagógica; Situações marcantes; Segurança; Preconceito; Diferença nos convênios; Impacto da formação; Qualificações do Programa.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2017. Entrevista com Marie Luce Tavares a cargo da pesquisadora Luiza Aguiar dos Anjos para o Projeto Garimpando Memórias do Centro de Memória do Esporte.

L.A. – Marie, muito obrigada por ceder o seu tempo para conversarmos. Queria que você começasse falando da sua formação, da sua trajetória e em que medida o lazer foi se inserindo nessa sua formação.

M.T. – Ok. Boa noite, Luiza. A minha formação é em Educação Física. Eu sou licenciada e bacharel em Educação Física pela Universidade Federal de Viçosa – UFV. Depois, eu fiz a especialização... tenho duas especializações, uma especialização em Lazer pela UFMG<sup>1</sup> e uma especialização em Esporte e Atividade Física Adaptada para Pessoas com Deficiências pela UFJF<sup>2</sup>. E na pós *stricto sensu*, fiz o mestrado em Lazer também pela UFMG e agora, faço doutorado na UFMG em Lazer. O mestrado finalizei em 2011. Eu me formei em Educação Física em 2008, logo iniciei a especialização e fui emendando e dando sequência a minha formação. Aí, depois do mestrado, dei uma parada e entrei no doutorado em 2016.

L.A. – E para além da formação acadêmica, em termos profissionais, como é que você descreveria a sua relação com o lazer?

M.T. – Então, o meu primeiro contato com o lazer se deu na graduação, na disciplina de Estudos do Lazer I, inclusive o professor Silvio Ricardo da Silva foi meu professor e foi a disciplina que me despertou para essa temática enquanto um campo de estudo, enquanto um campo de atuação profissional e espaço que me possibilitasse a caracterização desse tempo, desse fenômeno que a gente chama de lazer. Então, com a disciplina eu comecei a estudar mais essa área, fiz processo seletivo para ser monitora das disciplinas e virei monitora. Eram duas disciplinas na graduação que tematizavam o lazer de forma direta: Estudos do Lazer I e Estudos do Lazer II. E eu comecei sendo monitora da primeira disciplina, depois da segunda e de jogos, brinquedos e brincadeiras e tentava fazer a interface com essa área. Dentro da graduação, ainda na graduação, a gente organizou um

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora

grupo em Viçosa, com os estudantes... Agora não me recordo o nome, era só com estudantes e a gente organizava ruas de lazer, tardes de lazer e animação de festa infantil para as prefeituras de Viçosa e de cidades do entorno e também para a universidade. Então, por aí eu começo a me aproximar mais, em termos da atuação fora da questão acadêmica nesses espaços. Mas sempre em paralelo, entre as questões de monitoria e as questões dessa intervenção no espaço público das prefeituras. Então, o lazer aparece na minha vida dessa forma. E é com esse contato que eu vou trazendo outras indagações para poder pensar essa área. Pensando no trabalho que eu realizei como estagiária no CAPS que é Centro de Atendimento Psicossocial, que a gente trabalhava com o programa de lazer para a prefeitura e também numa instituição privada a mesma lógica que mas não era chamado de CAPS. Era um projeto semente que também trabalhava com o mesmo público do CAPS, só que no atendimento particular e também com um programa de implantação de um programa de lazer para – eu não sei se está utilizando mais esse termo “pessoas com transtornos psiquiátricos”. Na minha iniciação científica também, pensando nesses diferentes grupos sociais, eu fui trabalhar com a implantação de um programa de lazer para idosos, com idosos institucionalizados, que era o lar dos velhinhos lá em Viçosa. Então, era uma pesquisa-ação a metodologia de estudo que a gente usou, e eu fui estudando, atuando e fui me apaixonando pela área, quando em 2008, eu decidi me especializar nessa área mesmo. Então, esse é o contato assim que eu tenho do despertar do lazer na minha vida.

L.A. – E quando é que você conheceu o PELC<sup>3</sup>?

M.T. – Então, quando eu conheci o PELC, eu estava fazendo mestrado na UFMG e abriu o edital para contratação de formadores. Acho que foi o primeiro no formato do edital, se não me engano, foi o primeiro que teve que foi em 2010. Eu já estava quase finalizando o mestrado e era novata como formadora. Eu sei que já havia um trabalho de formação, não era coordenado pela UFMG. Então, nesse novo grupo tinha pessoas que vieram dessa atuação e entraram, se não me engano, quatro pessoas diferentes, que era eu, a Liana<sup>4</sup>, a Keni<sup>5</sup>, a Sheyla<sup>6</sup>, a Kelen<sup>7</sup> e a Renata<sup>8</sup>, se não me engano. Eu não conhecia o PELC, não

---

<sup>3</sup> Programa Esporte e Lazer da Cidade.

<sup>4</sup> Liana Abrão Romera.

<sup>5</sup> Keni Tatiana Vazzoler Areias.

<sup>6</sup> Scheylázat Presciliano Ribeiro.

<sup>7</sup> Khellen Cristina Pires Correia Soares

sabia de intervenção do PELC e então, fui estudar para participar do processo seletivo do edital. Foi o contato inicial que eu tive. Fui buscar no *site* do Ministério do Esporte, fui entrar em contato com amigos trabalharam e aí, fui ter ciência que alguns amigos já tinham atuado. Então, eu fui buscar esses amigos para saber o que era, que programa que era esse e foi nesse sentindo que eu descobri o PELC.

L.A. – E uma vez se tornando uma formadora, como é que você se preparou para exercer essa função?

M.T. – Isso aí é algo bem diferente... Não me esqueço que no processo seletivo quem fez a minha entrevista foi a Léo<sup>9</sup> que era do Sul, né? E aí, ela me fez uma pergunta, eu ainda muito crua... Falam que eu sou o filhotinho do PELC porque ainda não tinha, em termos de atuação profissional, trabalhado em nenhum outro lugar fora da escola. Eu tinha uma experiência na escola, muito rápida, porque eu pedi exoneração para poder fazer o mestrado. Então, enquanto profissional, eu fui ter experiência foi com o PELC... Foi um grande desafio porque a pergunta que a Léo me fez no processo seletivo foi: “Beleza, então você tem toda essa carga da sua formação acadêmica, agora como é que você vai traduzir isso que você está dizendo para mim lá na ponta para os agentes sociais, que são as pessoas que não tem o perfil acadêmico, muitas vezes lideranças comunitárias?”. Eu me recordo que respondi que esse era o desafio e eu ia precisar correr atrás porque eu acho que não é um desafio só do PELC, mas da própria academia. Descobrir como traduzir esses debates que a gente faz no campo acadêmico para a sociedade que não dialoga, vamos dizer, com essa nossa linguagem. Então, acho que a aproximação da academia com as comunidades, acho que é um desafio do PELC, mas também da própria academia de uma forma geral. Por isso, eu fui nas primeiras formações muito no sentindo da observação. Tive muita sorte que minhas primeiras formações foram formações grandes, então, a gente ia em grupos de formadores. Eu fui ter uma formação sozinha depois de três formações com quatro pessoas e por isso, tenho que agradecer muito aos meus colegas, porque eles tiveram muita sensibilidade. A Carmen<sup>10</sup> foi fundamental na minha vida nesse início porque ela me deu espaço para aprender como que é ser formadora e ela é uma pessoa dez nesse sentindo,

---

<sup>8</sup> Renata Silva Bergo.

<sup>9</sup> Maria Leonor Brenner Ceia Ramos.

<sup>10</sup> Carmen Lilia Cunha Faro.

porque ela te ensina e te dá oportunidade de aprender sempre com muito diálogo. Então, eu aprendi muito com meus colegas e fora isso, buscando outros espaços de formação, tinha também os processos, e como hoje a gente está tendo, os processos de formação dos formadores. Mas os encontros são muito distantes, então, a gente vai correndo atrás, conversando... A gente troca muito material. Na época, eu trocava muito material com os outros formadores, conversava muito por *e-mail* sobre como que poderia ser feito, com o próprio pessoal da UFMG também, porque eu acho que pensar essa formação não é algo específico para o PELC, mas da vida do educador, do professor... A gente tem que correr atrás, pensar a formação para além desses espaços acadêmicos, enfim.

L.A. – E você já desenvolveu formações com o Vida Saudável?

M.T. – Já. Já fiz antes quando era o PELC e ele tinha uma categoria do Vida Saudável. E agora também como eles separados, um como programa PELC e outro, sendo o Programa Vida Saudável. Ainda não fiz nenhum programa para comunidades tradicionais, nunca trabalhei com formação nessa vertente.

L.A. – Você podia me falar um pouco dos desafios específicos que o Vida Saudável te apresentou?

M.T. – Primeiro, acho que um dos grandes desafios pensando na nossa formação é o público que o Programa Vida Saudável especifica. No início, por exemplo, a gente tinha um público que era a partir de quarenta e cinco anos, agora a gente já tem um outro alinhamento que é pensando em pessoas acima de sessenta anos e na nossa formação, esse é um público carente pensando na Educação Física. Pouquíssimas disciplinas tematizam, se a gente for pensar as atividades, as disciplinas que investem sobre as atividades físicas, sobre os esportes... Para não falar que nenhuma, vamos falar assim, a grande maioria sequer toca nesse público. Para pensar o planejamento de atividades para esse público específico, acaba que a gente tem que buscar também isso por fora. Acho que um desafio é como pensar um Programa de Lazer que se propõe a atender pessoas acima de sessenta anos! Então, a gente já não está falando mais de um processo de envelhecimento porque a gente já está trabalhando com pessoas idosas, se a gente pensar na questão da faixa etária. E, ao mesmo tempo, a gente está trabalhando na busca da garantia de um direito ao lazer e

ao esporte e pensa na discussão desse direito a partir das oficinas para esse público específico. Dadas as demandas que o público também traz para a gente, eu acho que esse é um desafio, que isso também só vai ser possível da gente pensar com a formação. No meu caso específico, eu tive um facilitador. A minha iniciação científica foi justamente pensar o lazer para idosos ainda que dentro do público de idosos, de um grupo muito específico são os idosos institucionalizados que trazem outras demandas também, mas isso já me aproximou desse público, então, acho que esse é um desafio também. Um outro desafio do Vida Saudável que eu penso é que a gente avançou muito nas diretrizes desse público e desse Programa ainda que, por vezes, eu fico pensando se de fato a gente tinha que separar. Hoje mesmo eu estava conversando com a Liana: “Por que separar o Vida Saudável do PELC?” Ainda me questiono em relação a isso, se de fato havia essa necessidade. Simpatizo melhor com a outra proposta que pensava o processo de envelhecimento, que se estava com um público a partir de quarenta e cinco anos. Ainda que eu entenda uma certa justificativa de trabalhar as especificidades desse grupo, eu não sei se seria necessário um Programa específico para isto, mas enfim... Nessa lógica, acho que um outro desafio é traduzir o que é o PELC Todas as Idades pensando um PELC ou um Vida Saudável que vá trabalhar especificamente com grupo de idosos e como pensar essas diretrizes que eu estou pensando para esse programa que busca garantir o direito ao esporte e ao lazer para esse público específico. Público esse que ao longo do tempo a gente, de alguma forma, marginalizou e construiu uma sociedade que não pensa no processo de envelhecimento e assim, de repente é uma demanda. Por quê? Porque a gente tem uma expectativa de vida melhor... Com os avanços da medicina outras pessoas conseguem chegar a uma idade mais avançada, mas como a gente não teve políticas públicas para pensar esse processo, de repente, a gente chegou lá com uma demanda e tem que atender. Então, como fazer essa introdução? Acho que esses são alguns desafios que nos colocam. Um outro desafio que eu penso também é lá na ponta, quando a entidade vai pleitear esse programa. Eu estive num determinado lugar no norte do Brasil que uma pessoa falou: “Acho que vou tentar o Vida Saudável que é mais fácil que o PELC.” Mas não se pensou: “Será que eu tenho público?” E de repente, você tem um programa que vai atender acima de sessenta anos e você não tem no município nenhuma ação que pense esse público. “Eu não sabia, achei que era todo mundo”. Então, acho que também tem isso: “Eu preciso ter uma política pública e acho que talvez seja mais fácil pleitear o Vida Saudável do que ao PELC”. E aí, a gente tem que chegar na formação e repensar todo o processo porque é um grupo específico, e os



materiais também precisam ser pensados para esse grupo específico e a gente esbarra com isso também, que chega lá e não encontra materiais adequados para trabalhar com esse público. Ainda pensando culturalmente, as pessoas têm uma tendência a infantilizar esse público e pensam materiais dessa forma. Por isso, a gente tem que fazer uma desconstrução desse processo num todo. Portanto, pensando em desafios, eu aponto esses três assim, tanto em relação de um programa quanto ao outro.

L.A. – Marie, você poderia me falar um pouco de como você desenvolve as suas formações?

M.T. – Então, uma coisa que eu penso que é fundamental e às vezes, inclusive, a gente debatia na formação, é que essa é a maior articulação entre nós, formadores e os orientadores pedagógicos. Por que eu digo isso? Toda vez que eu vou fazer uma formação, eu entro em contato com a entidade, então, foi elaborado um questionário de forma conjunta entre eu, o André<sup>11</sup> que é formador e a Khellen para um convênio grande que a gente foi fazer formação e a gente tem utilizado muito esse questionário para pensar coisas como: Como foi? Nos ajuda a trazer elementos? Como foi a implantação? Como está sendo a implantação desse programa aqui no município? Como foi o processo seletivo? De alguma forma a gente já consegue apontar se aquela entidade já teve algum PELC ou algum Programa Vida Saudável. Mas será que esses agentes que vão trabalhar nesse próximo convênio já atuaram? Já tem experiência? Qual é a formação desses agentes? Então, o questionário nos ajuda a trazer esses levantamentos para pensar essa programação e pensar essa formação. Um outro contato que a gente faz também é com o orientador pedagógico, o técnico responsável pelo convênio no Ministério, e nem sempre a gente tem conseguido sucesso nesse contato, porque ele pode trazer mais elementos desse processo para a gente, se tem alguma pendência que a gente pode auxiliar no sentido de não travar o programa, enfim... Portanto, esses são os dois primeiros contatos para ajudar a pensar essa programação da formação. Nem sempre a gente tem êxito, às vezes, a gente não tem êxito no Ministério, às vezes a gente não tem êxito na prefeitura. Nesse caso, a gente tem que ficar tentando sempre. Posto isso, a entidade me retorna o questionário com aqueles dados e pensando sobre esses dados, às vezes, até entro em contato via telefone para

---

<sup>11</sup> André Henrique Chabaribery Capi.

conversar um pouquinho, vou fazer o processo de elaboração da afirmação e eu vou ver quais são os êxitos, se é um Módulo Introdutório, porque nesse questionário, a gente tem trabalhado muito no Módulo Introdutório. Para os outros módulos, a gente tem pensado em trazer um questionário que o relatório da última formação apontou sobre saber se eles, de alguma forma, avançaram ou não naqueles desafios. Então, eu vou e busco os eixos norteadores daquele módulo de formação específico diante desse contexto apresentado pela a entidade. Se eu preciso trabalhar tais eixos porque é um Módulo Introdutório 1, eu vou pensando esse planejamento e assim, sempre tentando fazer esse diagnóstico da realidade e esse diálogo com o contexto que está sendo apresentado, com os espaços que são possíveis e com as ideias que estão sendo apresentadas. Às vezes, a gente consegue fazer um levantamento pelo *site* da prefeitura, por exemplo, de algumas ações, tenta busca aquilo ali, porque a gente tem o projeto também que eles já apontam algumas coisas, que eles submeteram para o Ministério, mas tento também no *site* buscar alguma coisa ou no *Google* algo que fale um pouco daquela cidade para entender um pouco daquela realidade, e aí, faço essa programação. Na formação, eu tenho um espaço para discutir essa programação e até para fazer uma adequação que é um planejamento. Chegando lá, pode ter acontecido alguma coisa e fazer uma adequação também da formação junto com os agentes e anteriormente na reunião, com a coordenação para saber se está tudo certinho e conversar um pouco mais sobre a realidade daquela entidade. Então, eu busco me organizar dessa forma e na formação, pensar em momentos sempre de diálogo com os agentes e com a coordenação, não no sentido de: “Gente, é assim, assim assado...” E eles não estão ali para escutar o que eu falo e pronto, mas no sentido de um diálogo mesmo, de um debate sempre. Falo isso a eles: “Eu estou aqui como mediadora, como alguém que vai auxiliar, mas eu preciso que vocês tragam os seus anseios”, principalmente no Módulo Introdutório. Pergunto: “O que é esse programa? Como vocês chegaram até aqui?” E nos outros módulos: “O que está acontecendo lá na prática que eu posso auxiliar também, mesmo não sendo os Módulos de Avaliação?”. Eu tento sempre articular espaços de dinâmicas e de atividades mais práticas porque essas pessoas, na maior parte dos lugares que eu faço formação, são de cidades do interior e nem sempre, na maioria dos casos, as pessoas têm um contato com o universo de formação acadêmica, por exemplo. Então, esse negocio de você ficar trinta e duas horas, vinte e quatro horas, que é agora, dentro de uma sala, com *data-show*, oito horas por dia, quatro horas por turno, não é algo atrativo. Eu tento também pensar diferentes dinâmicas para que não fique algo penoso para quem está

ali e para mim também, né? Se não, já é uma aula desmotivante do programa e fazendo dessa forma, eu trabalho com as dinâmicas, com esquetes, com debates e consigo envolvê-los. Já utilizei filmes, mas agora penso muito para utilizar. Filme que eu falo são os de longa-metragem porque às vezes fica mais cansativo ainda, por isso, priorizo trabalhar com curtas. Uso esses vídeos, igual os vídeos que a gente estava pensando para fazer divulgação do Programa, coisas mais curtas e que levem ao debate e as esquetes que são pequenas cenas de teatro que acho que são bem bacanas, enfim, para tornar aquilo ali algo mais atrativo mesmo. Não sei se eu respondi.

L.A. – Sim. Você poderia falar um pouco das visitas técnicas e das visitas pedagógicas? Que uso que você dá para esses momentos e qual a importância disso?

M.T. – Então, primeiro só para a gente tentar resgatar a questão da visita técnica e da visita pedagógica. Via de regra, o que está colocado para a gente é: a visita técnica é um dos elementos das formações e dentro da programação da formação. O que seria visita técnica então? Por exemplo: o Módulo Introdutório, quando a gente vai conhecer os espaços dos núcleos, a gente faz as visitas técnicas junto com os agentes e coordenadores para pensar aquele espaço. Onde está definido o núcleo? Quais equipamentos que tem nesse espaço? É um espaço público ou não? Quais equipamentos que estão ali? O que tem no entorno que a gente também pode pensar e ressignificar para o Programa? Quais são as lideranças comunitárias naquele espaço? Com todas essas questões, eu sempre trabalho junto aos agentes com roteiro dessa visita técnica para que eles cheguem lá porque muitas vezes é um espaço que eles já vão todo o dia ou é uma praça ou uma quadra e eles já conhecem. Então, qual o sentido de você ir lá visitar um espaço que você já conhece. Por isso, eu sempre falo com eles: “O olhar que a gente vai para esse espaço agora é um olhar de um agente social que vai trabalhar pensando a implantação do Programa”. Então, a gente levanta os pontos no roteiro, trabalha esse roteiro, vai com esse olhar e depois faz o debate pensando as ressignificações a partir daquilo que já está previsto na grade. Às vezes está previsto uma oficina de skate e precisa refletir: “Está adequado aquele espaço ou o espaço não tem uma rampa? Como é que a gente pode ressignificar aquele espaço para que ele possa oferecer essa oficina?” Então, essa é a visita técnica.

L.A. – E, só uma pergunta, esse roteiro foi construído por você ou ele é um roteiro utilizado por todos os formadores?

M.T. – Não. Eu tinha um roteiro inicial que eu construí e quando a gente fez a formação conjunta, a gente construiu um roteiro conjunto. Acaba que, de posse desses roteiros, eu faço um outro roteiro pensando também a realidade local. Então, ele sempre está mudando, dependendo do espaço que eu vou, tem alguns pontos chaves, mas também tem que considerar aquela realidade. Quando eu encaminho a programação no formulário também tem um espaço para você encaminhar esse roteiro. Eu coloco, mas eu trabalho esse roteiro antes de ir para visitar também, às vezes, colocando e acrescentando a partir do olhar dos participantes da formação. Essa é o que é chamada de visita técnica, o que eles estão chamando, digo, na diretriz do programa, o que eles chamam de visita pedagógica que é uma visita nova, algo mais recente que a visita técnica. Hoje faz parte do Módulo de Avaliação. Ela não entra na programação da formação porque ela acontece um dia antes da formação do Módulo de Avaliação. A gente vai de posse de um relatório que foi construído pelo sistema de monitoramento e avaliação e nós, formadores, vamos nessa visita e respondemos aquele questionário. Então, o que se pede é que a gente vá fazer a visita em dias que estejam funcionando as oficinas porque alguns itens do relatório estão relacionados às oficinas e a gente já articula a quantidade adequada para um dia, pensando a formação, um dia antes de fazer essa visita. E aí, eu tenho feito isso. Trabalho com esses dados que eu coletei nesse dia anterior a formação e na formação também, para ela ser de fato uma visita pedagógica. Se não for feito isso, fica parecendo que a visita técnica é mais pedagógica e a visita pedagógica é uma visita técnica. Se você pegar um relatório de cinco páginas, se não me engano, é assim: “O espaço do núcleo é adequado? Quais equipamentos têm no espaço do núcleo? Tem bebedouro? Tem quadra? Tem piscina?”. E você vai indicando aquilo ali. Então, é um instrumento muito técnico e para não se perder o lado pedagógico, acho que é bacana trabalhar esses dados no processo de formação. Então, eu também fico um pouco inquieta com esses termos porque às vezes eu penso que a visita técnica, por a gente trabalhar na formação, ela é muito mais pedagógica do que essa que a gente tem que responder esse relatório. Inclusive, a visita técnica a gente pode fazer no Módulo Introdutório 1, mas também a gente pode fazer quando as atividades estão acontecendo nos outros módulos para a frente como, por exemplo, no Módulo Introdutório 2. Então é isso, qual é o problema que eu vejo da visita pedagógica? É o próprio relatório

porque ali tem dados que nem sempre a entidade vai ter disponível naquele dia que você foi fazer a visita. Por exemplo, itens que tem no relatório: “Quantas mulheres participam do Programa? Quantos homens? Quantas crianças? Pensando em todas as idades no PELC urbano, quantas crianças? Quantos idosos? Quantos jovens?”. Só que ainda tem uma lacuna nesse processo de orientação que é o de implantação do Ministério junto as entidades. A ficha de inscrição, por exemplo, deveria conter esses dados, porque ela pergunta a cor: “Preto? Branco? Amarelo?”, mas não pergunta quantas pessoas estão envolvidas, como é que a gente vai levantar esse dado na visita pedagógica? Então, acho que esse instrumento precisa ser melhor trabalhado com as entidades para que, de fato, a gente consiga avaliar esses dados depois. Se não, fica só para constar, né? Enfim, ou nem para constar, porque eles não vão ter os dados. Vai ficar lá, “entidade não tem esse dado”.

L.A. – E teria alguma situação que você vivenciou durante as formações que te marcou, que foi uma situação interessante, seja pela questão positiva ou negativa?

M.T. – Em que sentido? Porque tem várias situações que nos marca. Eu já fui roubada [risos], fiquei sem mala.

L.A. – Dentro do núcleo?

M.T. – Eu fui roubada a caminho da formação. Roubaram a minha mala dentro do carro da prefeitura. Eu fiquei sem roupa para usar a formação inteira, sem documento, sem dinheiro e então, assim, isso me marcou muito. Mas eu acho que não seja nesse sentido, né? Mas, faz parte. Sobre as coisas que marcam, acho que é importante constar é sobre esse processo que a gente faz às vezes para ir para um determinado lugar, porque acho que essa política é a ideia de chegar em lugares onde não se tem muitas ações. Acho que a ideia é essa, né? Então, vamos chegar lá onde que há uma vulnerabilidade de políticas públicas de esporte e lazer e o PELC e o Vida Saudável são as sementinhas para que outras ações sejam desencadeadas. Por isso, não chegar lá é sinal que, se a política de esporte e lazer também não está chegando, outras coisas também não estão chegando. Então, a gente fica por vezes também descoberto. Como a gente chega em determinados municípios, por exemplo, tem deslocamentos que não são de avião e se a gente pensar no alcance mesmo da política, é isso. A gente vai lá no cantão de Minas Gerais, no interiorzão do interiorzão e eu vou de

ônibus, não sei quantas horas ou eu chego num lugar que não tem um ônibus, transporte intermunicipal e o carro da prefeitura tem que me buscar. Às vezes, não tem um carro disponível para me buscar e eu fico lá até chegar esse carro. Quando o carro chega, eu vou andar com uma pessoa que eu não conheço, que às vezes o carro não tem segurança... Essas coisas marcam a gente também. Se a gente estiver pensando, e não é porque a gente é chata, mas no sentido da política pública mesmo. Porque se não está chegando uma, não está chegando as outras também. Não tem segurança, não tem saúde e na própria construção do Programa, nós também não temos uma segurança enquanto trabalhadores porque nós somos bolsistas, todos nós. Então, a gente também tem essa insegurança jurídica, porque afinal de contas, todos nós temos famílias. Enfim, mas ao mesmo tempo, a gente fica numa grande contradição porque a gente acha importante chegar nesses lugares.

L. R<sup>12</sup> – E é questão de segurança física, desculpa, porque teve campos que eles iam soltando rojão conforme a gente ia entrando no lugar.

M.T. – Exatamente, boa lembrança. Que faz parte, e acho que isso aí marca também. Se a gente está pensando em levar essa política pública para lugares de vulnerabilidade social, é também pensar que nós vamos estar em alguns espaços que talvez as pessoas não queriam que nós estivéssemos ali ou que o diálogo tem que ser muito grande para que as pessoas possam entender que é importante a gente estar ali, no sentido de levar algo diferente na perspectiva do direito para aquelas comunidades. Então, esse caso específico que a Liana está apontando é que a gente foi numa cidade, num determinado lugar que... Vou utilizar o termo “uma região periférica” porque a gente estava até fazendo uma discussão lá no doutorado que às vezes as pessoas falam:, “Uma comunidade da periferia, na comunidade.” E aí um dos alunos falou assim: “É favela mesmo, a gente mora na favela e a gente gosta que chame de favela porque a gente não quer atenuar a nossa situação não. É favela mesmo, a gente já se identificou com esse termo”. Então, tem muito disso, do próprio movimento social. E aí que tinha um tráfico de drogas muito grande, era uma boca, mas aquela pessoa que estava ali, a liderança comunitária daquele espaço era o traficante de drogas e a gente precisava fazer a visita técnica naquele espaço para pensar a implantação das oficinas. Portanto, foi feito todo um diálogo com essa liderança

---

<sup>12</sup> Manifestação da formadora Liana Romera que está assistindo a entrevista.

comunitária. Vai ter gente que vai odiar eu falar que é uma liderança comunitária, mas essa pessoa era representativa daquele espaço e autorizou a nossa ida aquele espaço. Para que identificasse e avisasse as pessoas que nós estávamos chegando, soltaram os rojões. Olha como que é uma questão de deslocar o olhar: no nosso grupo de formadores, a gente tinha uma formadora que desconhecia esse tipo de identificação. Então, quando ela ouviu os rojões sendo soltados, ela falou: “Gente, que legal! Eles estão comemorando que a gente está chegando aqui!” E a gente: “Não, pensa bem, estão avisando que a gente está chegando”. Não tem nada de festa, né? Porque isso é um símbolo, uma linguagem deles. Então, é aquilo que você também muitas vezes tem que sair do seu lugar para pensar o lugar do outro, sem sair do seu lugar julgando o lugar do outro e isso é uma insegurança muito grande para a gente. Imagina se acontece qualquer coisa lá, se alguém não gostasse que a gente estivesse lá ou se tivesse algum desentendimento e a gente estava ali, com a cara e a coragem e a vontade de transformar o mundo [riso]. Então, é isso. Tem essas questões que nos marcam e acho que elas são importantes também ao mesmo tempo que a gente fica inseguro, a gente pensa como é importante essa política estar nesses espaços. Na verdade, elas deviam estar é aqui mesmo e a gente tem que pensar outras formas de ficarmos mais seguros. Mas não tirar desses espaços, e sim, levar para eles outros espaços como esses, porque é ali que precisa ter essa política. Não que os outros não precisem, mas ali está mais vulnerável que os outros. Agora quanto a outro tipo de marcar as formações, eu penso que é um deles, pensando na questão até de transformação daquela comunidade e de perceber uma continuidade da ação, ainda que em outro formato, mas é aquele formato que aquela realidade naquele município dá conta de fazer. Então, após o término de um convênio, fazendo um Módulo de Avaliação e já tendo certeza que a ação vai continuar independente do Ministério, porque aquele grupo se organizou para que ela continuasse. Às vezes, o que eu acho que é mais marcante é que eles se organizam para reivindicar pela continuidade via poder público. Isso eu já vivenciei. Ou quando acabou a formação e depois ex agentes entraram em contato e falaram assim: “Marie, me ajuda a escrever um projeto porque a gente vai submeter na prefeitura”. Então, a gente ajuda e, de certa forma, a gente é um legado que o Programa deixa nos processos de formação e que o formador também vira uma referência para aquelas pessoas. E eu acho que servir, ser servidor público, é isso! E é muito gratificante. Agora, a gente vê coisas que precisamos trabalhar. Em determinadas regiões, o preconceito é muito grande, por exemplo. Eu como formadora já sofri preconceito por ser negra, das pessoas não me identificarem como formadora.



Tipo: um formador poderia ser mulher e quiçá ser negra? Eu vivi isso no Sul, por exemplo, em Florianópolis. E de uma forma negativa em outros espaços em Minas Gerais. E no Sul foi, de uma forma, assim: “Agora chegou alguém que pode entender o que a gente está passando”. Ao mesmo tempo, em um grupo que eu já estava preparada para fazer a formação esperando as pessoas chegarem, ficava toda hora um entrava e saia da sala e eu disse: “Gente, o que é isso? Já estamos atrasados”. Eu fui para o coordenador e falei assim: “Meu Deus, por que o povo não fica?” Aí, eu o vi: “Gente, a formadora está esperando”. E alguns: “Não, mas ela que é a formadora?” Deu um tempo sem eu entender, foi a primeira formação que eu fiz sozinha, passei por um momento nervoso e na hora do intervalo, vieram os agentes me procurar e falaram assim: “Você me desculpa, você desculpa a gente, porque a gente está tão acostumado com aquelas” – usaram este termo, “branqueiras do Ministério do esporte de salto e cordão de bolota que agora a gente vê que você vai entender, que chegou uma pessoa que vai entender o que a gente passa aqui”. Então, essa questão da identidade também é algo que leva a gente a trabalhar isso nas formações, de como é importante ter essa sensibilidade de ver isso como um ponto a ser trabalhado e isso culminou que na programação. Como eu tinha estudado a questão do grupo antes da história, eu tinha feito a proposta de utilizar o filme *Olhos Azuis*<sup>13</sup> e antes do momento do filme tem essa situação... Então, foi possível fazer o gancho e fazer a discussão nesse sentido. Para mim, foi muito marcante e essa questão de ser referência para outras pessoas no sentido de transformar, de buscar também... As pessoas buscarem conhecimento, correrem atrás, se organizarem e ter você como uma referência, eu acho que isso também marca e bem bacana.

L.A. – Você já atuou em tantos convênios, em cidades maiores quanto em cidades menores... Em que medida isso diferencia a sua atuação?

M.T. – Bom, primeiro são coisas diferentes: pensar um convênio pequeno numa cidade pequena, um convênio pequeno numa cidade grande é uma outra coisa; pensar convênios grandes em cidades grandes e convênios grandes que envolvem um monte de cidades pequeninhas, é outra. Eu tive experiência em todas essas situações e acho que o impacto do Programa, generalizando sem querer generalizar, é muito significativo quando você tem

---

<sup>13</sup> Filme de 1996 dirigido por Jane Elliot.



um convênio pequeno, seja ele numa cidade pequena, seja ele numa cidade grande, do que um convênio muito grande seja ele numa cidade grande, seja ele envolvendo várias cidades pequenas, pela dificuldade da gestão. Agora, é importante pensar também a relação do Programa nesses municípios menores. Vou te dar o exemplo da própria questão de bolsas: Eu já fiz formação em cidade que a situação era tão precária que a bolsa do PELC que a gente tanto diz que está defasada, era um dos maiores salários daquele município e as pessoas queriam demais trabalhar no PELC. O PELC era algo que era dava *status* naquele município. Agora eu já trabalhei com um convênio que tinha um tamanho bacana pensando no tamanho da cidade que foi em São Bernardo do Campo, em São Paulo, que tem uma organização de esportes maravilhosa, um setor muito organizado, muito estruturado e que eles não estavam conseguindo implantar o Programa porque eles não conseguiam o processo seletivo com contratação de coordenador porque o valor estava muito defasado para a realidade daquele município específico. Então, tem essas questões também ao mesmo tempo que vão ter outras questões. Por exemplo: talvez numa cidade maior, a própria gestão do Programa consiga maior facilidade nos processos seletivos de contratação dos agentes pensando em perfis diferenciados, porque às vezes você pega cidade que tem universidades, que tem faculdades... Não estou dizendo no sentido de melhor ou pior, mas nessa maleabilidade ajuda, ao passo que você pega convênios de interior que você tem dificuldade, por exemplo, de encontrar pessoas com formação. E eu nem digo acadêmica, formação para pensar essa diversidade de possibilidades que eles apresentam na grade horária porque a gente consegue construir com eles na grade horária. Então, tem essa dificuldade e se a gente pudesse estar mais presente durante o processo de formação facilitaria muito o processo e até a capacidade de gestar o Programa. Então, se você tem um coordenador geral com uma visão mais da administração pública, você tem essas dificuldades. Mas acho que o impacto também requer a quem vai pleitear o Programa pensar: “Para que eu estou pleiteando?” Independentemente desses espaços: “O que eu quero com esse Programa?” E pensar, a partir desses objetivos e dos objetivos do Programa, quais espaços são necessários que essa política chegue primeiro. Acho que isso é uma dificuldade independente de tamanho. Muitas vezes o que a gente percebe, principalmente nos grandes convênios, é que o Programa é uma estratégia política daquele governo, uma forma de divulgação daquele governo e a dificuldade nossa ou, nem é dificuldade mas o desafio, é não deixar que o Programa seja descaracterizado e colocar a sementinha naquelas pessoas que estão se envolvendo com o Programa; mostrar que o

Programa tem um objetivo e que não é a questão da visibilidade política que acaba ajudando se ele for bem feito naquilo que ele se propõe. A gente teve uma experiência de um lugar que o convênio era via emenda parlamentar e que as pessoas que estavam no convênio eram indicações políticas. Nosso desafio foi fazer com que aquelas pessoas se sensibilizassem com o Programa: “Temos que dar o nosso melhor não porque a gente só está aqui porque o deputado fulano de tal colocou a gente, mas porque a gente tem que fazer o melhor.” entendeu? E a gente ouvia discursos como esses.

L.A. – Marie, agora vou para a parte da avaliação. Em alguma medida você já falou, mas em que medida você acha que as formações elas impactam as atividades dos núcleos?

M.T. – Eu acho que a formação é o grande diferencial do PELC, de pensar a proposta pedagógica desse programa e o seu grande legado. Porque querendo ou não, o convênio tem início, meio e fim mas o conhecimento fica. Na própria experiência com o Programa e desses processos formativos que eles podem depois serem multiplicadores e ainda incentivarem a continuidade da política naquele espaço que eles atuam. Então, eu acho que ela é hiper importante e a formação impacta diretamente no processo de organização dos planejamentos, na condução e implementação dos núcleos e das oficinas, no repensar aquele projeto que eles encaminham, porque muitas vezes não são eles que... Não é quem está lá implantando que é quem escreveu o projeto.. E o Programa faz com que isso dialogue com a realidade, com o que eles têm naquele seu contexto. Então, acho que é fundamental e de impacto certo. Não tem nem o que questionar.

L.A. –E o que você acha que pode ser feito para qualificar ainda mais o Programa?

M.T. – É importantíssimo, e a gente tem frisado isso em vários outros espaços, que nós busquemos trabalhar mais enquanto equipe. O que eu quero dizer disso? Hoje, a gente tem vários atores no PELC e a gente precisa articular melhor a atuação desses atores. Então, a gente tem a equipe do Centro de Memória<sup>14</sup>, a gente tem o EaD<sup>15</sup>, a gente tem a equipe do Ministério e os formadores mas falta diálogo. E eu não estou dizendo diálogo de cada um

---

<sup>14</sup> Centro de Memórias do Esporte da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

<sup>15</sup> Equipe que conduz as atividades de Ensino à Distância.

trabalhar na sua e não estar disposto, mas de oportunizar que esse diálogo aconteça de forma mais efetiva e não por iniciativa de um formador ou de um tutor que vá lá buscar que isso seja algo mais institucionalizado, porque acho que a gente vai conseguir sanar muitos problemas. Muitas dificuldades que a gente tem talvez sejam por causa desse trânsito das informações e dos instrumentos não ocorrerem de uma forma mais facilitada, mais institucionalizada.

L.A. – Marie, tem mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar ou destacar em relação ao PELC ou sua atuação nele?

M.T. – Eu quero falar mais de qualificar... Me assustou muito pensar essa publicação da nova portaria que é sobre a questão do tempo de execução do Programa, porque a gente está pensando numa continuidade do Programa. A gente vinha de doze meses, passava dezoito meses... E o grande avanço foi a gente chegar nos vinte e quatro meses e ainda entender que a gente precisa de outras ações em paralelo ou até um maior tempo de execução para que o convênio dê conta de pensar essa continuidade ou de renovações mais rápidas, algo em torno disso, por quê? Quando eles conseguem alinhar, quando a coisa está acontecendo, acabou! E a gente vê que dada à burocracia, que tem que ter mesmo em alguma parte, porque a gente está lidando com recurso público, ela impede que o Programa às vezes chegue nesses lugares que mais precisam e aquele convênio não consegue efetivar ou ele demora a implementar as ações, então, ele vai ter vinte meses de execução de atividades e deveria ter vinte e quatro meses de convênio. Só que ele acaba tendo mais do que isso porque faz um aditivo para que ele dê conta e com essa portaria nova, o tempo de vigência do convênio tem que ser vinte e quatro meses e não poderá ser prorrogado. Isso é um problema enorme porque a gente já consegue apontar que isso não acontece porque já há uma dificuldade na implantação, e agora? Então, sabendo disso hoje, não tem nem como sugerir muito, mas era rever essa portaria, porque vai é prejudicar... Ainda mais se tiver que devolver recurso e que é o que está preconizado, uma vez que você não consegue responder o que você pactuou você vai ter que devolver recurso... Porque o PELC e o Vida Saudável são programas complexos e pensar nesse processo de formação, pensar em todos os processos de implantação, nem toda a prefeitura da conta porque a gente sabe que principalmente prefeitura de interior tem poucas pessoas trabalhando nessas áreas. Então, se a gente não conseguir rever isso ou criar estratégias para facilitar esses processos, ainda

mais agora com esses vinte e quatro meses, a gente vai prejudicar o andamento das ações do Programa, assim diretamente. Talvez seja preciso pensar em como levar o Programa também, porque a gente já conseguiu pensar uns processos de chamamento público para trazer essas regiões que não tem muitos programas, mas acho que agora a gente precisa pensar em como auxiliar na implementação, porque eles às vezes conseguem passar no chamamento público, mas não conseguem implementar.

L.A. – Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

M.T. – Não, agora não.

L.A. – Marie queria te agradecer! Muito obrigada pelo seu tempo, pela sua atenção, pelas coisas que você compartilhou com a gente.

[FINAL DA ENTREVISTA]